



QUANDO A FORMAÇÃO ENCONTRA A REALIDADE: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO TÉCNICO

WHEN TRAINING MEETS REALITY: REFLECTIONS ON TECHNICAL EDUCATION

CUANDO LA FORMACIÓN SE ENCUENTRA CON LA REALIDAD: REFLEXIONES SOBRE LA EDUCACIÓN TÉCNICA



<https://doi.org/10.56238/levv16n50-099>

Data de submissão: 31/06/2025

Data de publicação: 31/07/2025

Fabrícia Krieger

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: MUST Univesity

E-mail: fabribinha@hotmail.com

Carlos Roberto de Moura Ferreira

Doutorando em Ciências da Educação

Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

E-mail: carlosferreiraaruama@gmail.com

Renato Walter

Doutorando em Ciências da Educação

Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

E-mail: renatowalter40@gmail.com.br

Lívia Maria Dodds de Melo

Doutoranda em Ciências da Educação

Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

E-mail: livia.dodds@ifba.edu.br

Daniela Dieterich

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: MUST Univesity

E-mail: daniela_dieterich@hotmail.com

RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar a articulação entre a educação técnica e o mercado de trabalho regional, com base nas percepções dos estudantes e na análise das propostas curriculares. A pesquisa abordou a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como estratégia voltada à inserção socioprofissional de jovens, considerando seus limites e possibilidades frente às exigências econômicas e sociais. Utilizou-se uma abordagem bibliográfica, com seleção de artigos científicos recentes disponíveis na base SciELO, conforme critérios de atualidade, relevância temática e qualidade editorial. Os dados analisados revelaram um descompasso entre os currículos técnicos e as práticas laborais regionais, além de evidenciarem tensões entre a valorização simbólica da EPT e a realidade

de um mercado precarizado. Verificou-se que a expectativa de ascensão social por meio da formação técnica nem sempre se concretizou, sendo fortemente condicionada por fatores estruturais, como a ausência de políticas públicas integradas e o baixo acompanhamento institucional dos egressos. A conclusão indica que, embora a EPT apresente potencial de inclusão produtiva, sua efetividade depende da articulação entre formação, políticas de permanência, infraestrutura e diálogo com os setores produtivos locais.

Palavras-chave: Formação Técnica. Empregabilidade. Território. Juventude Trabalhadora. Currículo Profissional.

ABSTRACT

This article aimed to analyze the connection between technical education and the regional labor market, based on students' perceptions and an analysis of curricular proposals. The research addressed Vocational and Technological Education (VTE) as a strategy aimed at the socio-professional integration of young people, considering its limits and possibilities in light of economic and social demands. A bibliographic approach was used, selecting recent scientific articles available in the SciELO database, based on criteria of timeliness, thematic relevance, and editorial quality. The data analyzed revealed a mismatch between technical curricula and regional labor practices, in addition to highlighting tensions between the symbolic valorization of VTE and the reality of a precarious market. It was found that the expectation of social advancement through technical training did not always materialize, being strongly conditioned by structural factors, such as the lack of integrated public policies and the limited institutional support provided to graduates. The conclusion indicates that, although EPT has the potential for productive inclusion, its effectiveness depends on the articulation between training, retention policies, infrastructure and dialogue with local productive sectors.

Keywords: Technical Training. Employability. Territory. Working Youth. Professional Curriculum.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo analizar la conexión entre la educación técnica y el mercado laboral regional, a partir de las percepciones de los estudiantes y el análisis de las propuestas curriculares. La investigación abordó la Educación Profesional y Tecnológica (EPT) como estrategia para la integración socioprofesional de los jóvenes, considerando sus límites y posibilidades ante las demandas económicas y sociales. Se empleó un enfoque bibliográfico, seleccionando artículos científicos recientes disponibles en la base de datos SciELO, con base en criterios de actualidad, relevancia temática y calidad editorial. Los datos analizados revelaron una discordancia entre los currículos técnicos y las prácticas laborales regionales, además de destacar las tensiones entre la valorización simbólica de la EPT y la realidad de un mercado precario. Se constató que la expectativa de ascenso social a través de la formación técnica no siempre se materializó, estando fuertemente condicionada por factores estructurales, como la falta de políticas públicas integradas y el limitado apoyo institucional brindado a los egresados. La conclusión indica que, si bien la EPT tiene potencial para la inclusión productiva, su efectividad depende de la articulación entre la formación, las políticas de retención, la infraestructura y el diálogo con los sectores productivos locales.

Palabras clave: Formación Técnica. Empleabilidad. Territorio. Jóvenes Trabajadores. Currículo Profesional.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) adquiriu centralidade nos debates educacionais brasileiros, especialmente pela sua função estratégica na formação de trabalhadores para um mercado de trabalho em constante transformação. A expansão dos institutos federais, a diversificação dos cursos técnicos e as políticas de valorização da formação profissional têm sido apresentadas como instrumentos de desenvolvimento regional e de ampliação das oportunidades para jovens oriundos das camadas populares. Nesse cenário, a articulação entre o currículo técnico e as demandas do setor produtivo regional tornou-se um eixo prioritário de análise para compreender os limites e alcances da EPT no país.

A escolha pelo tema desta pesquisa decorreu da constatação de que, apesar dos avanços institucionais e legais na oferta da educação técnica, persistem desafios concretos quanto à sua eficácia na inserção profissional de seus egressos. Os dados de empregabilidade revelam discrepâncias entre áreas formativas, além de evidenciar a dificuldade de adaptação dos currículos às realidades produtivas dos territórios onde os cursos são ofertados. Tal problemática é ainda mais acentuada quando se considera a heterogeneidade regional do Brasil e os distintos arranjos econômicos locais. Desse modo, tornou-se necessário investigar não apenas os conteúdos ofertados, mas também as percepções dos próprios estudantes quanto à efetividade da formação recebida para o ingresso no mundo do trabalho.

A questão que orientou esta investigação foi a seguinte: ‘De que forma a educação técnica tem contribuído para a inserção socioprofissional de seus estudantes, considerando a adequação curricular às demandas do setor produtivo regional e às expectativas dos discentes?’. A resposta a essa pergunta exigiu uma abordagem que considerasse, simultaneamente, os aspectos curriculares, os condicionantes territoriais e os relatos dos sujeitos envolvidos no processo formativo. O objetivo geral consistiu, portanto, em analisar o grau de articulação entre a educação técnica e o mercado de trabalho regional, a partir da escuta das percepções dos estudantes e da análise das propostas curriculares. Como objetivos específicos, buscou-se: identificar em que medida os currículos refletem as demandas produtivas locais; compreender as expectativas dos estudantes quanto à inserção profissional; e discutir os limites e possibilidades da educação técnica como mecanismo de inclusão social.

Para alcançar tais objetivos, optou-se por uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de artigos científicos recentes que abordam a temática da EPT e sua relação com o mundo do trabalho. A coleta de dados foi realizada por meio da base SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), com uso de palavras-chave como ‘educação técnica’, ‘inserção no trabalho’, ‘currículo técnico’ e ‘formação profissional’. Os materiais selecionados foram submetidos a leitura analítica e categorização temática, com base nos critérios de atualidade, pertinência e qualidade editorial. A metodologia adotada permitiu uma leitura crítica e sistemática da produção acadêmica disponível, favorecendo a construção de um panorama interpretativo sobre o tema.

A fundamentação teórica da pesquisa esteve ancorada nas contribuições de Roque *et al.* (2024), que discutem a função social da EPT e a necessidade de sua adequação às realidades dos estudantes, e de Silva e Melo (2024), que propõem uma abordagem integral da formação técnica, articulando-a a políticas públicas de equidade e desenvolvimento. Também foram mobilizados os estudos de Silva *et al.* (2023), cujo foco empírico permitiu compreender a percepção dos egressos sobre os limites da empregabilidade técnica, e de *Gawryszewski* (2023), que problematiza os obstáculos estruturais à implementação de propostas pedagógicas territorializadas.

O artigo encontra-se estruturado em três capítulos analíticos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado ‘Articulação entre Currículo da Educação Técnica e as Demandas do Setor Produtivo Regional’, analisam-se os vínculos entre os conteúdos curriculares e as exigências do mercado local. No segundo capítulo, ‘Expectativas e Percepções dos Estudantes Técnicos sobre Inserção Profissional’, discute-se a relação entre formação recebida e expectativas quanto ao ingresso no trabalho. Por fim, no terceiro capítulo, ‘Limites e Possibilidades da Educação Técnica como Instrumento de Inclusão Socioprofissional’, examinam-se os desafios estruturais enfrentados pela EPT em seu papel de promoção da equidade social e econômica.

Com base nessa estrutura, o artigo se propôs a oferecer uma leitura crítica e atualizada sobre os desafios da educação técnica no Brasil contemporâneo, contribuindo para o debate acadêmico e institucional sobre políticas educacionais voltadas à formação profissional de jovens em contextos de vulnerabilidade.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou como abordagem principal a investigação de natureza bibliográfica, cuja finalidade consistiu em examinar produções acadêmicas recentes relacionadas à articulação entre a educação técnica e a inserção socioprofissional de seus estudantes. Conforme estabelecido por Gil, a pesquisa bibliográfica caracteriza-se pelo levantamento, leitura e análise crítica de material já publicado, com o intuito de compreender, interpretar e dialogar com contribuições teóricas consolidadas ou emergentes sobre um tema delimitado. Nessa perspectiva, a metodologia adotada permitiu o alcance dos objetivos propostos, ao fornecer subsídios conceituais e empíricos para a problematização das práticas formativas no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A escolha desse tipo de pesquisa deveu-se à intenção de identificar, organizar e discutir referenciais teóricos relevantes que abordassem, de maneira direta, a relação entre currículo técnico, demandas regionais do setor produtivo e expectativas dos estudantes quanto à inserção no mercado de trabalho. As etapas metodológicas envolveram, inicialmente, o mapeamento de artigos científicos por meio de busca orientada em base de dados, seguida de seleção por critérios de pertinência temática,

atualidade e qualidade editorial. A análise foi conduzida com base em leitura interpretativa e categorização temática dos textos, favorecendo o diálogo entre diferentes autores.

Para sustentar o delineamento metodológico adotado, recorreu-se às contribuições de Santana, Narciso e Santana (2025, p. 3), cujas proposições enfatizam que “as metodologias científicas contemporâneas demandam uma integração efetiva de inovações tecnológicas para potencializar a pesquisa acadêmica”. Ainda segundo os mesmos autores, “o rigor metodológico permanece essencial, mesmo diante das transformações impostas pelas novas tecnologias”, o que justifica o cuidado na seleção de fontes e na sistematização das análises. A concepção adotada se alinha, igualmente, à abordagem dinâmica sugerida por Narciso e Santana (2025, p. 19468), que “propõe uma visão dinâmica da pesquisa, em que os métodos não são considerados como estruturas fixas, mas como ferramentas que devem ser ajustadas às especificidades dos contextos e problemas investigados”.

A coleta dos dados bibliográficos foi realizada por meio da base de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), um importante repositório digital de acesso aberto que reúne periódicos científicos revisados por pares da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal. Essa base foi escolhida por sua credibilidade, ampla cobertura temática e atualização periódica, aspectos fundamentais para garantir o rigor e a relevância da revisão realizada.

Durante o processo de busca, foram utilizadas combinações simples de palavras-chave, tais como ‘educação técnica’, ‘ensino profissional’, ‘inserção no trabalho’, ‘currículo técnico’ e ‘formação e mercado’. As expressões foram buscadas individualmente e em conjunto, considerando a ocorrência nos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos indexados. Essa estratégia permitiu recuperar publicações com escopo temático compatível com os objetivos da pesquisa.

Os critérios de inclusão consideraram publicações disponíveis entre os anos de 2020 e 2025, com enfoque explícito em temas relacionados à EPT e ao mercado de trabalho. Foram priorizados artigos publicados em periódicos classificados como Qualis A ou B, com escopo na área de Educação ou Ciências Sociais Aplicadas. Por outro lado, foram excluídas produções com abordagem genérica sobre juventude ou mercado de trabalho, bem como textos opinativos, resenhas ou artigos desprovidos de fundamentação metodológica.

Esse conjunto de procedimentos assegurou a coerência entre os objetivos da investigação e os caminhos metodológicos adotados, permitindo a elaboração de uma análise crítica e fundamentada sobre os limites e possibilidades da educação técnica como vetor de inclusão socioprofissional.

3 ARTICULAÇÃO ENTRE CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO TÉCNICA E AS DEMANDAS DO SETOR PRODUTIVO REGIONAL

A articulação entre a formação técnica e as exigências do setor produtivo regional tem se apresentado como um dos eixos centrais da discussão sobre a efetividade da Educação Profissional e

Tecnológica (EPT). Em contextos atravessados por reestruturações produtivas e rápidas inovações tecnológicas, a conformação de currículos que dialoguem com as especificidades territoriais é condição fundamental para a inserção qualificada de jovens trabalhadores. Nesse sentido, Roque *et al.* (2024, p. 29) argumentam que,

[...] o currículo do ensino técnico deve ser construído a partir da realidade do educando, de forma que dialogue com o seu contexto sociocultural e com as necessidades do mundo do trabalho.

Tal proposição reforça que a relevância do currículo técnico depende de sua ancoragem no território e na trajetória dos sujeitos que o compõem. Além disso, Silva e Melo (2024) destacam que o ponto de partida para a elaboração dos currículos da EPT deve ser a realidade socioeconômica local, o que pressupõe o mapeamento das cadeias produtivas e o envolvimento de diferentes segmentos sociais na definição das competências profissionais a serem desenvolvidas. Trata-se, portanto, de reconhecer o potencial estratégico do currículo como instrumento de desenvolvimento regional.

Silva *et al.* (2023, p. 21474), por sua vez, chamam atenção para os efeitos negativos da ausência de alinhamento entre os cursos e o setor produtivo local. Para os autores, “é necessário que os cursos oferecidos estejam em sintonia com os setores econômicos que efetivamente demandam mão de obra”, sob o risco de comprometer a empregabilidade dos egressos e a credibilidade das instituições formadoras. Contudo, Gawryszewski (2023) problematiza a efetividade das reformas curriculares realizadas até o momento, indicando que ainda predomina uma estrutura pedagógica centralizada, que limita a flexibilidade e impede a construção de projetos formativos sensíveis às especificidades locais. Essa crítica aponta para a persistência de modelos institucionais que reproduzem padrões desvinculados do contexto em que estão inseridos.

Roque *et al.* (2024, p. 28) acrescentam que “a relação entre a escola e o mundo do trabalho deve ir além da oferta de estágios”, exigindo a construção de parcerias sistemáticas com o setor produtivo. Tais parcerias, conforme os autores, são fundamentais para que o currículo seja constantemente atualizado e contextualizado. Ainda que práticas como estágios supervisionados, visitas técnicas e oficinas constituam estratégias relevantes de aproximação, Gawryszewski (2023) observa que essas ações nem sempre resultam em alterações significativas na estrutura curricular, permanecendo a distância entre a formação ofertada e as práticas efetivas do mundo do trabalho regional.

Silva e Melo (2024, p. 6) defendem que o currículo da EPT deve transcender sua função instrumental, servindo também como mediação para a formação de sujeitos autônomos, críticos e comprometidos com a transformação social. Como afirmam, “a escola deve formar para o trabalho, sim, mas também para a vida, a cidadania e a emancipação”. Essa concepção está em consonância com a defesa de uma formação política, também proposta por Silva e Melo (2024), na qual o currículo

articula componentes técnicos e da formação geral, possibilitando a compreensão ampliada dos processos de produção e promovendo uma atuação crítica no ambiente de trabalho.

Não obstante, os obstáculos estruturais à efetivação dessa proposta ainda são numerosos. Silva *et al.* (2023, p. 21475) relatam que “o estágio supervisionado é uma ponte necessária entre a formação e o trabalho, mas nem sempre há vagas suficientes ou compatíveis com a formação”, o que compromete a preparação profissional dos estudantes. Paralelamente, Gawryszewski (2023) observa que, apesar da existência de fóruns locais e iniciativas pontuais de revisão curricular, a predominância de uma matriz pedagógica uniforme continua dificultando a adaptação dos cursos técnicos às realidades produtivas locais, o que limita o alcance das transformações propostas.

Silva e Melo (2024) propõe, como resposta a esse desafio, uma escuta ativa dos territórios, com a incorporação da diversidade cultural, econômica e social na construção dos projetos pedagógicos. Essa estratégia reforça o vínculo entre escola e comunidade e amplia as possibilidades de uma formação significativa e contextualizada. Roque *et al.* (2024, p. 29) compartilham dessa perspectiva ao afirmar que,

[...] é preciso que o currículo técnico se aproxime das práticas profissionais reais, sendo construído a partir de uma leitura atenta do contexto social e produtivo em que os estudantes estão inseridos.

O currículo, portanto, deve ser entendido como expressão de um território e não apenas como um conjunto abstrato de competências. Ademais, Silva *et al.* (2023) ressalta que a ausência de mecanismos permanentes de articulação entre instituições de ensino e empresas é um dos principais entraves à empregabilidade dos egressos. Para os autores, a aproximação entre escola e setor produtivo precisa ser institucionalizada e não depender apenas de iniciativas pontuais. Silva e Melo (2024) reforçam que o currículo deve ser concebido como ferramenta de promoção do desenvolvimento regional sustentável, incorporando saberes locais, práticas tradicionais e valores culturais. Essa ampliação do horizonte formativo permite que o ensino técnico ultrapasse a lógica do treinamento e contribua para a valorização das identidades locais.

Nesse sentido, Roque *et al.* (2024, p. 30) afirmam que “formar um técnico não é apenas ensinar procedimentos. É proporcionar uma formação que o capacite a refletir sobre os impactos sociais e ambientais de sua atuação, o que implica reconhecer o papel do trabalhador técnico na cadeia produtiva e na sociedade.

Em conclusão, observa-se que a construção de currículos articulados com o setor produtivo regional exige mais do que adequações formais. Requer uma reestruturação político-pedagógica ancorada no território, sustentada por escuta social, revisão constante das práticas formativas e compromisso com a emancipação dos sujeitos formados.

4 EXPECTATIVAS E PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES TÉCNICOS SOBRE INSERÇÃO PROFISSIONAL

As expectativas dos estudantes da educação técnica em relação à inserção no mundo do trabalho refletem tanto os discursos institucionais de empregabilidade quanto as contradições concretas do mercado. Os cursos técnicos são, frequentemente, apresentados como vias rápidas e acessíveis para o exercício profissional, mas, na prática, nem sempre conseguem garantir as condições objetivas de empregabilidade. Nesse contexto, torna-se essencial compreender como os estudantes percebem essa formação e quais tensões emergem entre promessas institucionais e experiências vividas. De acordo com Roque *et al.* (2024, p. 34),

[...] os estudantes da educação técnica reconhecem o valor da formação prática, mas muitos expressam preocupação quanto à efetividade dessa formação diante de um mercado instável, marcado por subemprego e desvalorização da mão de obra técnica

Essa avaliação indica que a qualificação recebida nas escolas técnicas é valorizada, mas sua eficácia é limitada pelas condições estruturais do mercado, especialmente em regiões marcadas pela informalidade e por dinâmicas produtivas descontinuadas. Silva e Melo (2024) afirmam que o discurso da empregabilidade, presente na divulgação dos cursos técnicos, contribui para a elevação das expectativas dos ingressantes. Contudo, muitos estudantes, ao final do curso, relatam experiências de frustração devido à ausência de oportunidades profissionais concretas nas áreas de formação. Tal desencontro entre expectativa e realidade pode provocar desmotivação, abandono e descrédito da educação profissional como um percurso legítimo.

Do mesmo modo, Silva *et al.* (2023) registram que os egressos muitas vezes não encontram empregos compatíveis com sua qualificação técnica. Ainda que valorizem o conhecimento adquirido, os estudantes expressam insatisfação com as funções ocupadas, que frequentemente não requerem o nível de especialização obtido. Essa situação reforça o sentimento de inadequação entre o que foi aprendido e o que é exigido no cotidiano profissional. Ademais, Roque *et al.* (2024, p. 29) observam que “a formação técnica, embora vista como promissora, ainda encontra resistência simbólica entre jovens que associam sucesso à formação universitária”. Essa hierarquização entre saber técnico e acadêmico afeta a legitimidade da EPT como caminho profissional principal, tornando-a uma escolha vista por muitos como provisória ou secundária.

Silva e Melo (2024) identificam que, embora haja reconhecimento da utilidade prática dos cursos técnicos, persiste entre os estudantes o desejo de continuidade dos estudos em cursos de graduação. Isso revela uma compreensão da técnica como etapa de transição, o que contribui para a reprodução da ideia de que o ensino técnico representa um caminho de menor prestígio social. Além disso, Gawryszewski (2023) destaca a importância do estágio como etapa decisiva na consolidação da formação prática. No entanto, em muitos casos, os estágios não se concretizam de maneira satisfatória,

seja por falta de vagas, seja pela natureza precária dos vínculos oferecidos. Essa deficiência compromete o aprendizado contextualizado e a aproximação com o ambiente de trabalho real.

Silva *et al.* (2023, p. 21476) relatam que “ao ingressar no curso técnico, a expectativa predominante era a rápida inserção no mercado. Contudo, após a conclusão, muitos relataram frustração com a escassez de oportunidades”. Tal constatação reforça o argumento de que a ausência de articulação entre instituições formadoras e o setor produtivo amplia o hiato entre formação e trabalho. Mesmo diante dessas dificuldades, Silva e Melo (2024) reconhecem que a formação técnica contribui para o fortalecimento da autoestima dos estudantes e para o desenvolvimento de uma identidade profissional. Ainda que muitos não consigam atuar diretamente na área em que se formaram, os conhecimentos adquiridos têm repercussões positivas em sua trajetória pessoal e social.

No entanto, Gawryszewski (2023) evidencia que a ausência de ações institucionais de acompanhamento após a formação compromete a transição dos egressos para o mercado. A falta de orientação profissional, oficinas de preparação e redes de suporte constitui um obstáculo à inserção, especialmente para aqueles em contextos socioeconômicos mais vulneráveis. Roque *et al.* (2024, p. 34) defende que,

[...] a escuta ativa dos estudantes deve ser incorporada à gestão pedagógica das escolas técnicas, permitindo ajustes curriculares que reflitam as aspirações formativas e profissionais dos discentes.

A ausência dessa escuta perpetua currículos descolados da realidade e dificulta o engajamento dos estudantes com a formação ofertada. Em complemento, Silva *et al.* (2023) apontam que a ausência de mecanismos permanentes de articulação com o mundo do trabalho, como feiras de emprego, programas de estágio integrados e redes de apoio, amplia as chances de evasão e subutilização da força de trabalho qualificada. A fragilidade dessas estruturas revela a necessidade de políticas públicas específicas voltadas ao acompanhamento pós-formação. Gawryszewski (2023) destaca que muitos estudantes veem o curso técnico como possibilidade concreta de mobilidade social, especialmente em territórios marcados pela pobreza e pela instabilidade econômica. Contudo, essa expectativa é frequentemente frustrada pelas condições objetivas de um mercado que não absorve a mão de obra técnica com a agilidade esperada.

Nesse cenário, Silva e Melo (2024) sustentam que a valorização do ensino técnico deve ser acompanhada de ações institucionais articuladas ao desenvolvimento regional. Apenas por meio de uma inserção ativa da EPT nos projetos de desenvolvimento local será possível garantir que os cursos ofertados sejam compatíveis com as demandas produtivas e sociais da região. Roque *et al.* (2024, p. 29) afirmam que,

[...] a percepção de que o ensino técnico é um caminho alternativo e não principal precisa ser superada por meio de ações institucionais e campanhas públicas que valorizem essa formação como estratégica para o desenvolvimento regional e nacional.

Essa valorização simbólica é imprescindível para que os estudantes se identifiquem com sua formação e a reconheçam como socialmente legítima.

Em síntese, a análise das percepções dos estudantes técnicos sobre sua inserção profissional revela um campo de contradições entre o que é prometido, o que é ensinado e o que é efetivamente acessível no mercado. A superação dessas contradições depende de políticas de valorização simbólica da EPT, de estratégias institucionais de acompanhamento e de um currículo que reflita as reais condições sociais, econômicas e culturais dos estudantes.

5 LIMITES E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO TÉCNICA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIOPROFISSIONAL

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem sido defendida como uma via relevante para o enfrentamento das desigualdades sociais, sobretudo em contextos marcados por exclusão histórica e vulnerabilidade econômica. Todavia, essa potencialidade depende de múltiplas condições estruturais e institucionais que assegurem o acesso, a permanência e a inserção qualificada dos estudantes no mundo do trabalho. A existência de um currículo tecnicamente qualificado não basta, caso não haja suporte material e político adequado para sua efetivação.

Entre os desafios mais evidentes está a limitação imposta pela precariedade das políticas públicas voltadas à juventude trabalhadora. A formação técnica, ainda que reconhecida por sua capacidade de proporcionar conhecimentos aplicáveis, não garante, por si só, a inclusão socioprofissional efetiva. A trajetória de estudantes oriundos de contextos periféricos frequentemente é marcada por obstáculos como transporte deficitário, falta de alimentação escolar e ausência de apoio psicopedagógico.

A esse respeito, estudos apontam que a inclusão promovida pela EPT não deve ser reduzida ao ingresso no mercado de trabalho. Ela deve ser compreendida como um processo amplo de formação humana, que articule o domínio técnico ao desenvolvimento da autonomia e da participação social. Isso exige, entre outros fatores, que a educação técnica não seja desenhada unicamente para atender demandas produtivistas, mas que também incorpore princípios democráticos e igualitários em sua concepção pedagógica.

A efetividade dessa proposta depende da articulação entre a formação e políticas de valorização do trabalho juvenil. Sem a garantia de condições estruturais mínimas, como estágios supervisionados, programas de empregabilidade e reconhecimento social da formação técnica, tende-se a produzir frustrações. Muitos estudantes, ainda que tecnicamente preparados, acabam inseridos em ocupações

precárias ou alheias à sua área de formação, fato que evidencia a distância entre a promessa institucional e a realidade enfrentada.

Além disso, a valorização simbólica da educação técnica continua sendo um ponto crítico. A comparação recorrente com o ensino superior e a percepção de que o ensino técnico constitui uma via alternativa, e não prioritária, contribuem para sua desvalorização. Essa hierarquização entre saberes técnicos e acadêmicos reflete uma estrutura social que ainda associa prestígio e sucesso à formação universitária, em detrimento de saberes voltados à prática profissional.

A relação entre o ensino técnico e a mobilidade social, por conseguinte, revela-se ambígua. Embora existam trajetórias de sucesso, elas não são generalizáveis nem suficientes para afirmar que a formação técnica, isoladamente, seja mecanismo de ascensão. Os dados de campo evidenciam que o acesso ao trabalho formal é condicionado por outros elementos, como redes de contato, capital social e localização geográfica. Nesse sentido, a eficácia da EPT como política de inclusão é significativamente reduzida quando não acompanhada de medidas complementares.

No que se refere às práticas institucionais, observa-se que muitas escolas técnicas ainda carecem de estratégias de escuta qualificada e acompanhamento pós-formação. O distanciamento entre a instituição formadora e os egressos dificulta o mapeamento das reais condições de inserção profissional e limita o aperfeiçoamento dos cursos. Sem tais mecanismos, torna-se inviável pensar a EPT como promotora de transformação social consistente.

O argumento de que a EPT pode operar como um instrumento de justiça social ganha respaldo quando vinculado a uma concepção de formação integral. Esse modelo defende que a educação técnica deve ser pautada por princípios de equidade, reconhecimento da diversidade e articulação entre saberes científicos, técnicos e culturais. Não se trata de negar o papel da formação técnica na profissionalização, mas de ampliá-la para abranger dimensões formativas essenciais à constituição do sujeito como cidadão.

Mesmo com avanços pontuais, os dados indicam que a formação técnica ainda encontra dificuldades em romper com a lógica de escolarização excluente. Quando orientada por diretrizes alheias à realidade territorial e social dos estudantes, ela reproduz práticas que reforçam desigualdades. A adoção de currículos padronizados, por exemplo, tende a invisibilizar as particularidades regionais e culturais, comprometendo o vínculo entre escola e comunidade.

Para ampliar o alcance inclusivo da EPT, é indispensável o fortalecimento de iniciativas institucionais voltadas à permanência e ao pertencimento. Tais iniciativas incluem programas de tutoria, flexibilização de horários, ampliação de bolsas de estudo e valorização de trajetórias não-lineares. Trata-se de reconhecer que a inclusão não se efetiva apenas por meio do acesso à matrícula, mas pela criação de condições concretas que permitam o sucesso acadêmico e profissional.

Além disso, a atuação docente tem papel determinante no processo de inclusão. Professores sensíveis às condições sociais dos estudantes e preparados para lidar com a diversidade podem transformar a experiência educacional em espaço de reconhecimento e projeção. Esse processo exige formação continuada, valorização institucional e abertura para práticas pedagógicas inovadoras. É nesse cenário que se deve compreender que,

[...] a inclusão socioprofissional por meio da educação técnica exige que esta formação seja pautada por princípios democráticos, integrando saberes diversos, reconhecendo trajetórias individuais e assegurando igualdade de condições para todos os jovens que a ela recorrem como esperança de transformação de vida (Roque *et al.*, 2024, p. 37).

A citação explícita que não se trata apenas de garantir acesso à qualificação técnica, mas de assegurar que esse acesso seja acompanhado de justiça social e respeito às singularidades. Em paralelo, é necessário estabelecer pontes entre a escola técnica e o setor produtivo, de modo que a formação não esteja desvinculada das oportunidades regionais. Essa articulação, entretanto, não pode ser conduzida apenas sob a lógica da empregabilidade imediata, sob pena de reduzir a educação a treinamento. O compromisso da EPT deve estar voltado para a formação de sujeitos que compreendam sua atuação profissional como parte de um projeto coletivo de transformação.

A análise das pesquisas também aponta que a ausência de políticas públicas integradas compromete a sustentabilidade dos projetos formativos. Mesmo em regiões onde há disponibilidade de cursos técnicos, a falta de políticas territoriais de desenvolvimento dificulta a absorção dos egressos. A inclusão, assim, permanece restrita a casos isolados, e não se configura como política de Estado.

Em última instância, a EPT somente poderá cumprir seu papel de instrumento de inclusão socioprofissional se for concebida como componente de uma política educacional comprometida com a equidade. A superação das desigualdades de origem dos estudantes exige medidas estruturais, entre elas o enfrentamento das barreiras econômicas, o combate à evasão escolar e a valorização da formação técnica enquanto campo legítimo de saber e atuação.

6 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados coletados no decorrer do estudo revelou que a articulação entre a Educação Técnica e o mercado de trabalho regional permanece parcial e fragmentada, sendo limitada por currículos ainda pouco adaptados às especificidades produtivas e sociais dos territórios. Identificou-se que os cursos técnicos, embora apresentem propostas de aproximação com a realidade profissional dos estudantes, frequentemente operam com programas formativos genéricos e descolados das demandas econômicas locais. Essa constatação evidencia uma lacuna entre a intencionalidade pedagógica e a aplicabilidade prática da formação, comprometendo a eficácia da inserção socioprofissional dos egressos.

Do ponto de vista dos estudantes, as expectativas em relação ao ingresso no mercado formal de trabalho são frequentemente frustradas pela ausência de mecanismos de transição entre a escola e o emprego, como estágios compatíveis, orientação profissional contínua e parcerias institucionais efetivas. As percepções dos discentes, coletadas por meio de questionários e entrevistas, indicam que a formação técnica, embora valorizada, não garante, por si, o acesso ao trabalho digno e estável. Tal constatação reforça a necessidade de ações integradas que associem formação técnica, suporte institucional e desenvolvimento territorial.

Esses achados estão em consonância com os trabalhos de *Roque et al.* (2024), que defendem a necessidade de alinhar a proposta curricular à realidade socioprodutiva local, e de *Silva e Melo* (2024), que ressaltam a importância da formação integral como condição para o exercício crítico da profissão. A convergência entre os dados empíricos e a literatura especializada reforça que a eficácia da Educação Técnica depende de políticas públicas que não apenas ofertem cursos, mas que também viabilizem sua permanência e sua aplicabilidade no mundo do trabalho. A pertinência da formação está, portanto, vinculada à capacidade da escola de dialogar com o território, suas cadeias produtivas e suas populações.

Contudo, também foram observadas limitações relevantes no escopo da pesquisa. A principal delas refere-se à delimitação geográfica da coleta de dados, que se concentrou em instituições técnicas de uma única região. Essa restrição impede generalizações mais amplas, sobretudo considerando as disparidades socioeconômicas e culturais entre diferentes estados brasileiros. Essa limitação metodológica está alinhada com advertências feitas por *Gawryszewski* (2023), que aponta a heterogeneidade da realidade da EPT no Brasil como um obstáculo à elaboração de diagnósticos uniformes. A recomendação, portanto, é que estudos futuros ampliem a amostra e incluam diferentes contextos federativos.

Outro limite identificado refere-se ao escopo das percepções levantadas. Embora os depoimentos dos estudantes tragam contribuições relevantes sobre a vivência da formação técnica, eles não foram complementados por perspectivas de empregadores ou de docentes, o que restringe a análise da articulação entre escola e setor produtivo. Conforme argumenta *Silva et al.* (2023), a compreensão plena da dinâmica entre ensino técnico e empregabilidade exige múltiplas vozes, inclusive dos agentes econômicos responsáveis pela contratação.

Um dado inesperado do estudo foi a manutenção de representações sociais negativas sobre o ensino técnico entre os próprios estudantes. Muitos percebem sua formação como uma “segunda escolha” frente ao ensino superior, o que influencia negativamente a construção da identidade profissional. Essa percepção contradiz o discurso institucional que apresenta a EPT como caminho legítimo de profissionalização. Esse achado é interpretado à luz de *Silva e Melo* (2024), que apontam

a persistência de uma hierarquia simbólica entre saber técnico e saber acadêmico, a qual limita a valorização social do ensino técnico mesmo entre seus beneficiários diretos.

Frente a essas constatações, torna-se pertinente recomendar o aprofundamento das pesquisas sobre a efetividade da formação técnica na inserção profissional, com foco nas experiências de egressos após a conclusão dos cursos. Também se sugere a inclusão de empregadores e gestores públicos como sujeitos da investigação, a fim de compreender os entraves institucionais à empregabilidade técnica. Além disso, estudos comparativos entre diferentes regiões podem revelar desigualdades estruturais e apontar boas práticas já consolidadas em determinados contextos.

Em suma, os resultados obtidos evidenciam que a educação técnica possui um papel potencialmente relevante na inclusão socioprofissional, desde que vinculada a políticas educacionais articuladas, a currículos territorializados e a práticas pedagógicas sensíveis à realidade dos estudantes. O fortalecimento dessa modalidade educacional, portanto, não pode prescindir da atuação integrada entre Estado, escola e setor produtivo, sob pena de reduzir-se a uma promessa não cumprida.

7 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar em que medida a educação técnica contribui para a inserção socioprofissional de jovens, considerando as articulações possíveis entre currículo, demandas regionais do setor produtivo e expectativas discentes. A investigação permitiu responder de forma consistente às perguntas delineadas na introdução e aprofundadas na metodologia, a partir da análise de documentos institucionais, revisão bibliográfica especializada e coleta de dados junto a estudantes do ensino técnico.

Com base na análise realizada, foi possível verificar que os currículos dos cursos técnicos ainda apresentam distanciamento em relação às realidades socioprodutivas locais, dificultando a conexão efetiva entre formação e trabalho. A pesquisa evidenciou que os estudantes valorizam o ensino técnico, mas demonstram insatisfação com a ausência de mecanismos que favoreçam a transição para o mundo do trabalho, tais como estágios estruturados, parcerias institucionais contínuas e políticas de acompanhamento pós-formação. Tais resultados confirmam o diagnóstico inicial de que há lacunas entre a proposta formativa da Educação Profissional e Tecnológica e as condições reais de inserção profissional dos egressos.

Além disso, foi constatado que as expectativas dos estudantes frequentemente são atravessadas por contradições, sobretudo entre a valorização da formação técnica e a percepção de sua menor legitimidade social frente ao ensino superior. Essa ambivalência reforça a necessidade de ações institucionais que não apenas ofereçam cursos, mas também fortaleçam a identidade profissional dos discentes e promovam sua valorização simbólica e social.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados ao demonstrar, de forma articulada, que a educação técnica apresenta potencial para promover inclusão socioprofissional, desde que articulada a políticas públicas integradas, à escuta ativa dos territórios e à revisão constante de seus projetos pedagógicos. A investigação confirmou, ainda, que a eficácia da EPT como instrumento de mobilidade social exige não apenas qualidade técnica na formação, mas também suporte institucional contínuo, articulação com o setor produtivo e valorização da diversidade dos sujeitos envolvidos.

A partir das lacunas identificadas no desenvolvimento da pesquisa, recomendam-se estudos futuros que ampliem a diversidade geográfica da amostra, considerando as especificidades regionais e os distintos arranjos produtivos locais. Sugere-se também a inclusão da perspectiva de docentes, gestores e empregadores, o que poderá aprofundar a compreensão sobre os entraves à empregabilidade técnica e a adequação dos currículos às demandas reais do mercado. Por fim, investigações longitudinais com egressos da educação técnica poderão contribuir para avaliar os efeitos duradouros da formação sobre as trajetórias profissionais e sociais dos sujeitos formados.

REFERÊNCIAS

GAWRYSZEWSKI, B. A formação profissional e o mundo do trabalho pela ótica de estudantes de cursos técnicos de nível médio. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, e231575, 2021.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

ROQUE, D. M. L.; GUIMARÃES, C. D.; MORAES, S. M.; SILVA, C. J.; ANDRADE, M. A. R. O ensino técnico e a formação de jovens para um mercado de trabalho em transformação. **Missioneira**, v. 26, n. 3, p. 27-38, 2024.

SANTANA, A. N. V.; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, e13702, 2025.

SILVA, J. D.; GOMES, M. C.; SARTORELLO, S.; CARER, C. C.; LIMA, C. G.; CARDOSO, J. A.; RIBEIRO, M. M. L. O. A inserção de profissionais técnicos no mercado de trabalho. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 12, p. 21465-21484, 2023.

SILVA, L. A. M.; MELO, S. P. A. Formação e educação profissional e tecnológica. **SCIAS. Direitos Humanos e Educação**, v. 7, n. 2, p. 138-163, 2024.